

DÖHLER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de janeiro de 2018.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		2017	2016
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	Brasil	99,63%	99,63%
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas, do custo de estoques que corresponderem a resultados ainda não realizados, de negócios entre as sociedades; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas com *impairment* no *contas a receber*, são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado necessário e suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Com base no histórico da

Companhia, o critério de provisionamento são os títulos vencidos a mais de 180 dias, que tem sido suficiente para cobertura das perdas.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas notas explicativas 20 e 30. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto do mercado. A taxa de desconto utilizada é o CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial pro rata die, a partir da origem de cada transação.

4. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Aplicações Financeiras:** As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, preço de commodities (algodão), câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

• Risco de Preço de Commodities (algodão)

A Companhia possui contratos de compra de algodão com entregas futuras programadas e preço determinado. Em 31 de dezembro de 2017, o montante contratado é de R\$ 67.058

• Risco de Exposição Cambial

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 4.406, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

• Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio. A Companhia adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na elaboração destas demonstrações financeiras.

Descrição da Operação	2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no Mercado Externo	17.340	17.340	13.005	8.670
Cambial Disponível	803	803	602	402
Adiantamento Contrato de Câmbio	(5)	(5)	(4)	(3)
Fornecedores Exterior	(178)	(178)	(134)	(89)
Financiamentos Exterior	(3.385)	(3.385)	(2.539)	(1.693)
Exposição Líquida - R\$	14.575	14.575	10.930	7.287
Ganho/Perda			(3.645)	(7.288)
Exposição Líquida - US\$	4.406	4.406	4.406	4.406
Taxa Dólar	3,3080	3,3080	2,4810	1,6540

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.061	65.681	63.998	68.129
Recebíveis				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.311	5.177	4.749	5.717
Contas a Receber de Clientes	123.195	104.040	121.415	100.839
Depósitos Judiciais	886	1.255	915	2.023
	128.392	110.472	127.079	108.579
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	188.453	176.153	191.077	176.708
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.137	20.234	10.739	11.074
Empréstimos e Financiamentos	13.465	14.599	13.465	14.599
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	35.602	34.833	24.204	25.673

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e Bancos Conta Movimento	3.507	3.065	3.945	3.605
Aplicações Financeiras	60.061	65.681	63.998	68.129
Cambial Disponível	804	2.112	804	2.112
Total de Caixa e Equivalentes	64.372	70.858	68.747	73.846

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a Receber de Clientes	128.037	107.950	128.922	109.460
Contas a Receber de Empresas Ligadas	2.665	4.710	-	-
Cambial Disponível	(803)	(2.112)	(803)	(2.112)
Impairment (Provisão para Perdas)	(6.704)	(6.508)	(6.704)	(6.508)
Contas a Receber de Clientes	123.195	104.040	121.415	100.840
Adiantamentos	5.706	5.122	5.888	5.571
Outros Créditos a Receber	62	-	19	18
Créditos a Receber	5.768	5.122	5.907	5.589
Parcela Circulante	128.963	109.162	127.322	106.429
Total a Receber de Clientes	123.195	104.040	121.415	100.840
Total das Demais Contas a Receber	5.768	5.122	5.907	5.589
Total Geral	128.963	109.162	127.322	106.429

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos em até 30 dias	5.346	5.452	5.396	5.324
Vencidos entre 30 e 180 dias	1.204	7.690	1.338	4.219
Vencidos acima de 180 dias	6.955	7.844	6.955	7.844
A vencer em até 60 dias	84.012	65.177	82.048	65.755
A vencer entre 60 e 120 dias	28.596	21.235	28.596	21.235
A vencer acima de 120 dias	3.786	3.150	3.786	2.971
Contas a Receber de Clientes	129.899	110.548	128.119	107.348

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	112.559	95.168	112.572	95.177
US\$	17.340	15.380	15.547	12.171
Contas a Receber de Clientes	129.899	110.548	128.119	107.348

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Movimentação da Provisão Impairment				
Saldo Anterior	6.508	5.511	6.508	5.511
Títulos Baixados Contra a Provisão	(3.296)	(2.256)	(3.296)	(2.256)
Provisão Constituída Durante o Exercício	3.492	3.253	3.492	3.253
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	6.704	6.508	6.704	6.508

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos Acabados	35.239	29.967	37.037	33.279
Produtos em Elaboração	40.137	31.114	40.398	31.530
Matérias Primas	32.611	36.506	32.647	36.549
Materiais Diversos	11.513	10.926	13.890	13.077
Provisão p/Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	(983)	(1.159)	(983)	(1.159)
Lucro não Realizado nos Estoques	-	-	(468)	(428)
Total dos Estoques	118.517	107.354	122.521	112.848

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ e CSLL a Compensar	4.097	3.258	4.121	3.285
IPI	316	232	329	234
ICMS	352	454	1.964	1.794
Outros Tributos	2.875	537	2.904	566
Parcela Circulante	7.640	4.481	9.318	5.879
Créditos Refis - Comitê Gestor	3.857	3.856	3.856	3.856
ICMS	301	431	389	483
Parcela Não Circulante	4.158	4.287	4.245	4.339
Total de Impostos a Recuperar	11.798	8.768	13.563	10.218

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora	
	2017	2016
Saldo no início do período	49.053	48.086
Equivalência patrimonial:		
<i>Participação nos Resultados</i>	6.550	3.995
<i>Lucros não Realizados nos Estoques</i>	(40)	(48)
Patrimônio Líquido Negativo	87	(343)
Ajuste Conversão de Moedas	(20)	93
Ajuste Instrumentos Financeiros	-	894
Dividendos	(2.038)	(3.624)
Saldo no final do período	53.592	49.053

Controladora

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Resultado não Realiz.	% de Participação	Patrimônio Equivalente
Em 31 de dezembro de 2016									
Comfio	Brasil	59.133	9.469	49.665	47.873	3.744	(427)	99,63%	49.053
Döhler U.S.A.	EUA	4.229	4.825	(596)	6.045	250	-	100%	(596)
		63.362	14.294	49.069	53.918	3.994	(427)		48.457
Em 31 de dezembro de 2017									
Comfio	Brasil	61.289	7.028	54.262	53.210	6.642	(469)	99,63%	53.592
Döhler U.S.A.	EUA	2.000	2.684	(684)	3.582	(68)	-	100%	(684)
		63.289	9.712	53.578	56.792	6.574	(469)		52.908

12. IMOBILIZADO

a) Composição dos Saldos:

Imobilizado	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Terrenos	88.803	88.803	100.939	100.939
Edifícios e Benfeitorias	97.083	95.354	121.911	118.078
Máquinas e Equipamentos	341.938	333.079	391.909	382.002
Móveis e Utensílios	14.412	13.789	15.419	14.768
Veículos	1.920	1.920	2.008	2.008
Imobilizado em Andamento	10.121	8.296	10.753	10.750
Outros	44	44	44	44
Total do Imobilizado	554.321	541.285	642.983	628.589
Taxa de Depreciação anual				
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Benfeitorias	2%	(35.934)	(33.656)	(45.975)
Máquinas e Equipamentos	3 a 5%	(212.571)	(205.839)	(251.298)
Móveis e Utensílios	7 a 10%	(9.920)	(9.221)	(10.690)
Veículos	20%	(1.595)	(1.505)	(1.653)
Total Depreciação Acumulada		(260.020)	(309.616)	(298.593)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO		294.301	333.367	329.996

c) Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 31/12/2016
	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.765	-	-	-	38	88.803
Edifícios e Benfeitorias	59.898	-	-	(2.283)	4.083	61.698
Máquinas e Equipamentos	124.595	179	(96)	(6.540)	9.102	127.240
Móveis e Utensílios	4.409	128	(7)	(714)	752	4.568
Veículos	507	-	-	(92)	-	415
Imobilizado em Andamento	11.061	11.210	-	-	(13.975)	8.296
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	289.279	11.517	(103)	(9.629)	-	291.064

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 31/12/2017
	Saldo Líquido em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.803	-	-	-	-	88.803
Edifícios e Benfeitorias	61.698	-	-	(2.278)	1.729	61.149
Máquinas e Equipamentos	127.240	-	(1)	(6.737)	8.865	129.367
Móveis e Utensílios	4.568	-	(11)	(787)	722	4.492
Veículos	415	-	-	(91)	-	324
Imobilizado em Andamento	8.296	13.142	-	-	(11.316)	10.122
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	291.064	13.142	(12)	(9.893)	-	294.301

Classe do Imobilizado	Consolidado					Saldo Líquido em 31/12/2016
	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	100.901	-	-	-	38	100.939
Edifícios e Benfeitorias	73.607	-	-	(2.883)	4.306	75.030
Máquinas e Equipamentos	135.270	171	(95)	(7.049)	9.676	137.973
Móveis e Utensílios	4.610	139	(8)	(745)	815	4.811
Veículos	534	-	-	(97)	14	451
Imobilizado em Andamento	11.604	13.993	-	-	(14.849)	10.748
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	326.570	14.303	(103)	(10.774)	-	329.996

Classe do Imobilizado	Consolidado					Saldo Líquido em 31/12/2017
	Saldo Líquido em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	100.939	-	-	-	-	100.939
Edifícios e Benfeitorias	75.030	-	-	(2.928)	3.833	75.935
Máquinas e Equipamentos	137.973	-	(12)	(7.387)	10.037	140.611
Móveis e Utensílios	4.811	-	(10)	(821)	749	4.729
Veículos	451	-	-	(95)	-	356
Imobilizado em Andamento	10.748	14.624	-	-	(14.619)	10.753
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	329.996	14.624	(22)	(11.231)	-	333.367

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos (FINEP e BNDES) no valor de R\$ 10.075.

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos:

Intangível	Taxa de Amortização anual	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Sistemas Aplicativos - Software		5.731	5.058	6.270	5.598
Amortização Acumulada	10%	(3.794)	(3.318)	(4.306)	(3.820)
Total do Intangível Líquido		1.937	1.740	1.964	1.778

b) Movimentação do intangível:

Sistemas Aplicativos - Software	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo Líquido Inicial	1.740	2.130	1.778	2.226
Aquisições	673	222	673	222
Amortizações	(476)	(612)	(487)	(670)
Saldo Líquido Final	1.937	1.740	1.964	1.778

14. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “*impairment*”.

15. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a Pagar a Fornecedores	9.707	9.049	10.739	11.074
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	12.430	11.185	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	22.137	20.234	10.739	11.074
Comissões a Pagar	4.443	4.881	4.443	4.881
Passivos com Partes Relacionadas	1.025	1.855	348	1.259
Outras Contas a Pagar	618	1.468	672	1.538
Outras Obrigações a Pagar	6.086	8.204	5.463	7.678
Parcela Circulante	28.223	28.438	16.202	18.752
Contingências Passivas	747	557	853	1.312
Outras Obrigações	830	839	991	1.000
Parcela Não Circulante	1.577	1.396	1.844	2.312
Total a Pagar a Fornecedores	22.137	20.234	10.739	11.074
Total de Outras Contas a Pagar	7.663	9.600	7.307	9.990
Total Geral	29.800	29.834	18.046	21.064

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aging List Contas a Pagar				
A vencer em até 3 meses	22.137	20.234	10.739	11.074
Contas a Pagar a Fornecedores	22.137	20.234	10.739	11.074

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	21.959	18.763	10.561	9.603
US\$	178	1.471	178	1.471
Contas a Pagar a Fornecedores	22.137	20.234	10.739	11.074

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Provisão para Férias	5.195	4.495	6.646	5.544
Salários e Ordenados a Pagar	3.265	1.524	3.869	1.801
Contribuições Sociais Trabalhistas a Pagar	3.898	3.736	4.679	4.407
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.358	9.755	15.194	11.752
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	540	353
Pis e Cofins a Pagar	1.172	476	1.312	566
Parcelamento REFIS	-	584	-	786
IRF a Pagar	2.559	914	2.667	1.004
ICMS a Pagar	1.007	738	1.007	738
Outros Tributos	57	48	58	49
Total Obrigações Tributárias	4.795	2.760	5.584	3.496
Total Circulante	17.153	12.515	20.778	15.248
Não Circulante				
Parcelamento REFIS	-	2.014	-	2.203
CSLL a Pagar Dedução Lei 11.051/04	481	1.371	481	1.371
Total Não Circulante	481	3.385	481	3.574
Total Geral	17.634	15.900	21.259	18.822

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
NO BRASIL						
Circulante						
Adiantamentos de Câmbio	Juros 3,25% a 3,38% a.a. + V.C.	Dolares	5	2.314	5	2.314
Financiamento Imobilizado	Euro + 5,24 a.a.	Euros	1.073	-	1.073	-
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	2.892	2.909	2.892	2.909
Prodec	Ufir	Reais	-	327	-	327
BNDES/Finame	Juros de 9,808 a 10,277% a.a.	Reais	378	381	378	381
Bco do Brasil - FINIMP	Euro + 3,60 a.a.	Euros	197	-	197	-
Total Circulante			4.545	5.931	4.545	5.931
Não Circulante						
Financiamento Imobilizado	Euro + 5,24 a.a.	Euros	1.328	-	1.328	-
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	6.242	7.818	6.242	7.818
BNDES/Finame	Juros de 9,808 a 10,277% a.a.	Reais	563	850	563	850
Bco do Brasil - FINIMP	Euro + 3,60 a.a.	Euros	787	-	787	-
Total Não Circulante			8.920	8.668	8.920	8.668

Empréstimos e Financiamentos por Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	5.918	-	5.918
2018	4.536	2.957	4.536	2.957
2019	3.852	2.436	3.852	2.436
2020	2.254	3.288	2.254	3.288
2021 em diante	2.823	-	2.823	-
	13.465	14.599	13.465	14.599

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais, penhor cedular e garantia real.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Composição dos Saldos:	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ E CSLL a Compensar				
Imposto de Renda a Compensar	3.969	2.915	3.993	2.942
Contribuição Social a Compensar	128	343	128	343
Total Ativo Circulante	4.097	3.258	4.121	3.285
Tributos Diferidos				
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	3.928	4.077	3.928	4.077
Total Ativo Não Circulante	3.928	4.077	3.928	4.077
Tributos a Pagar				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	539	353
Total Passivo Circulante	-	-	539	353
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Custo Atribuído	47.128	48.463	47.128	48.463
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Depreciação Vida Útil	25.711	22.092	25.711	22.092
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	89	570	89	570
Total Passivo Não Circulante	72.928	71.125	72.928	71.125

Conciliação do IRPJ e CSLL no Resultado	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	36.093	17.285	38.008	18.944
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Calculados a Alíquota Nominal	(12.272)	(5.877)	(12.923)	(6.441)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL Efetivos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.213	1.257	-	-
Incentivos Fiscais	6.620	5.597	6.620	5.597
Juros sobre Capital Próprio	3.807	-	3.807	-
Outros Ajustes	(2.320)	(2.805)	(1.346)	(2.630)
IRPJ e CSLL no Resultado	(1.952)	(1.828)	(3.842)	(3.474)
Tributos Correntes	-	-	(1.890)	(1.645)
Tributos Diferidos	(1.952)	(1.828)	(1.952)	(1.828)
Alíquota Efetiva	5,41%	10,58%	10,11%	18,34%

18.1 Tributos Diferidos

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados de acordo com a norma vigente, e são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados

futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pela Administração.

19. CONTINGÊNCIAS

19.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantêm ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994, que permanecem em discussão no valor de R\$ 28.158.

19.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Contingências Trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo Inicial da Provisão	557	449	1.312	542
Constituídas Durante o Exercício	190	108	231	770
Reversão de Provisões	-	-	(689)	-
Saldo Final da Provisão	747	557	854	1.312
Depósitos Judiciais Relacionados	(172)	(376)	(201)	(1.144)
Efeito Líquido	575	181	653	168

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos, não exige constituição de provisão.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias	5.813	7.197	8.790	10.174
Trabalhistas	2.844	1.910	3.154	2.303
Civil	5.453	6.188	5.460	6.195
Total	14.110	15.295	17.404	18.672

20. RECEITAS A APROPRIAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prodec	-	4	-	4
Finep	3.334	4.761	3.334	4.761
BNDES/FINAME	241	337	241	337
Total receitas a apropriar	3.575	5.102	3.575	5.102

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se à subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

21. PARTES RELACIONADAS

21.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	Ctas. a Receber		Contas a Pagar	
	2017	2016	2017	2016
Comfio	2	-	12.430	11.185
Döhler U.S.A.	2.584	4.710	684	596
Controladas	2.586	4.710	13.114	11.781
Pessoas Ligadas	-	-	342	1.259
	2.586	4.710	13.456	13.040
	Vendas		Compras	
	2017	2016	2017	2016
Comfio	627	565	52.741	47.470
Döhler U.S.A.	410	3.589	-	-
	1.037	4.154	52.741	47.470

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

21.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração do Conselho de Administração	336	-	336	-
Remuneração de Diretores	3.639	4.126	3.716	4.198
Remuneração de Conselheiros Fiscais	220	204	220	204
Encargos Sociais dos Administradores e Cons. Fiscais	354	330	355	330
Saldo	4.549	4.660	4.627	4.732

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 180.000 representado por 60.516.228 ações, sendo 43.574.256 ordinárias e 16.941.972 preferenciais.

Às ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

22.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra “c” do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia propõe a seguinte destinação:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	34.141	15.457
(-) Constituição de Reserva Legal - 5%	(733)	(773)
(-) Subvenção p/Investimentos (nota 30)	(19.470)	(16.419)
(=) Lucro Base para os Dividendos	13.938	(1.735)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,1800 bruto e R\$ 0,1530 líquido p/ação)	8.063	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,19800 bruto e R\$ 0,16830 líquido p/ação)	3.135	-
Total Dividendos e Juros s/Capital Próprio	11.198	-
Lucros Retidos	22.210	14.684

O Lucro Líquido remanescente do exercício de 2017 no montante de R\$ 22.210, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.345 decorrente da realização do custo atribuído do imobilizado pela depreciação, destinam-se à Reserva para Investimentos no valor de R\$ 6.085 e à Reserva de Subvenção para Investimentos no valor de R\$ 19.470. Ambos se destinam a investimentos, cujo o orçamento de Capital será submetido à Assembleia Geral.

23. RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercado Interno	519.718	480.495	520.187	480.898
Mercado Externo	41.659	46.549	44.831	49.005
Receita Operacional Bruta	561.377	527.044	565.018	529.903
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(103.772)	(99.519)	(105.005)	(100.730)
Receita de Vendas	457.605	427.525	460.013	429.173

24. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	10.027	10.330	11.376	11.555
Despesas com Pessoal	127.577	120.597	151.670	143.147
Matérias Primas e Materiais de Uso e Consumo	234.665	229.845	199.884	197.683
Serviços de Terceiros	45.165	43.981	47.069	46.451
Outras Despesas Operacionais	25.102	24.399	27.842	28.592
	442.536	429.152	437.841	427.428
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	337.536	333.356	328.360	325.387
Despesas com Vendas	69.860	63.758	71.280	65.562
Despesas Gerais e Administrativas	27.616	24.996	29.945	26.508
Outras Despesas Operacionais	7.524	7.042	8.256	9.971
	442.536	429.152	437.841	427.428

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração Direta	94.862	93.174	113.262	110.225
FGTS	9.579	8.754	11.370	10.394
Plano de Saúde	9.829	8.238	11.381	9.859
Vale Transporte	1.847	1.749	2.179	2.066
Outros Benefícios	4.270	2.998	4.782	3.466
	120.387	114.913	142.974	136.010

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia em seu conjunto forma uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos e confeccionados. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	7.124	8.787	7.307	9.153
Descontos Auferidos	182	199	187	207
Juros Recebidos	1.318	1.216	1.318	1.222
Variações Cambiais	3.093	4.951	3.098	4.952
Total das Receitas Financeiras	11.717	15.153	11.910	15.534
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	1.010	1.060	1.049	1.086
Juros de Empréstimos e Financiamentos	2.366	4.086	2.382	4.086
Variações Cambiais Passivas	2.694	8.511	2.694	8.511
Descontos Concedidos	640	592	654	626
Outras Despesas Financeiras	139	145	139	184
Total das Despesas Financeiras	6.849	14.394	6.918	14.493
Resultado Financeiro Líquido	4.868	759	4.992	1.041

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Venda de Ativos Imobilizados	5	3.882	5	5.194
Receitas c/ Créditos Tributários	5.900	5.167	6.052	5.173
Receitas de Subvenções	1.527	2.056	1.527	2.057
Reversão de Provisões	600	906	1.289	1.435
Recuperação Energia Elétrica - CCEE	422	2.078	773	2.084
Outras Receitas	1.193	117	1.198	215
	9.647	14.206	10.844	16.158
Outras Despesas Operacionais				
Custo Alienação Incentivo Fiscal Finor	-	-	-	-
Custo Baixa Ativo Imobilizado	(12)	(2.956)	(22)	(4.954)
Constituição de Provisões	(2.095)	(710)	(2.137)	(1.371)
Participações Empregados	(3.210)	(1.450)	(3.796)	(1.720)
Outras Despesas	(2.208)	(1.926)	(2.301)	(1.926)
	(7.525)	(7.042)	(8.256)	(9.971)
Outras Receitas / Despesas Operacionais Líquidas	2.122	7.164	2.588	6.187

29. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações emitidas.

	2017	2016
Numerador		
Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Lucro Disponível aos Acionistas Preferenciais	10.228	4.630
Lucro Disponível aos Acionistas Ordinários	23.913	10.827
	34.141	15.457
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de Ações Preferenciais Emitidas	16.942	16.942
Quantidade de Ações Ordinárias Emitidas	43.574	43.574
Total	60.516	60.516
Resultado Básico e Diluído por Ação (em Reais)		
Ação Preferencial	0,604	0,273
Ação Ordinária	0,549	0,248

30. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, e seu valor correspondente está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril. O valor de R\$ 19.470 apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta. Na destinação dos Lucros Acumulados, compõe as Reservas de Lucros em conta específica de Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos em atendimento aos requisitos legais.

31. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Instrução CVM nº 257/2012.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita Operacional Líquida	457.605	427.525	460.013	429.173
Custo dos Produtos Vendidos	(337.535)	(333.356)	(328.360)	(325.387)
Lucro Operacional Bruto	120.070	94.169	131.653	103.786
(-) Despesas com Vendas	(69.860)	(63.758)	(71.280)	(65.562)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(27.616)	(24.996)	(29.945)	(26.508)
(+) Outras Receitas Operacionais	9.647	14.206	10.844	16.158
(-) Outras Despesas Operacionais	(7.525)	(7.042)	(8.256)	(9.971)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	6.509	3.947	-	-
(+) Depreciação/ Amortização	10.026	10.330	11.376	11.555
EBITDA	41.251	26.856	44.392	29.458
% s/ Receita Operacional Líquida	9,01%	6,28%	9,65%	6,86%

32. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 500.000 para o conjunto de bens do Ativo Imobilizado e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.